

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

2



Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Anna Paula Lombardi

(Organizadora)

**Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas
2**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-050-6

DOI 10.22533/at.ed.506191601

1. Arquitetura e urbanismo. 2. Espaço urbano. 3. Patrimônio cultural. I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 720

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 2, apresenta 24 capítulos sobre os aspectos relevantes do espaço urbano das cidades brasileiras apresentando uma diversidade de pressuposições. Os capítulos exibem a preocupação em relatar as particularidades de caráter social, econômico, político e cultural sob as diferentes perspectivas dos autores que disponibilizaram seus estudos nesta obra.

Os capítulos se dedicam a apresentar estudos atuais como as cidades inteligentes e o potencial para desenvolvimento urbano, o direito a cidade e a crise do capital, sustentabilidade nas cidades, as comunidades tradicionais e as suas distinções culturais no campo, representações sociais nas cidades e o Patrimônio histórico com significados normativos e sociais no espaço urbano.

Neste volume, os capítulos apresentam uma riqueza de detalhes e peculiaridades do espaço urbano e suas pressuposições. A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
SMART CITIES NO BRASIL - REALIDADE OU AINDA SONHO?	
<i>Patrícia Pacheco Alves de Oliveira</i>	
<i>Hugo Bona de Carvalho</i>	
<i>Beatriz Natália Guedes Alcoforado Aguiar</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916011	
CAPÍTULO 2	13
CITY MARKETING, TURISMO E IDENTIDADE: ENTRE A PERCEPÇÃO E A POTENCIALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DA VILA DE PARANAÍACABA	
<i>Fernanda Figueiredo D'Agostini</i>	
<i>Tania Cristina Bordon Miotto Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916012	
CAPÍTULO 3	24
O DIREITO À CIDADE NO PROJETO ORLA	
<i>Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares</i>	
<i>Sandra Helena Ribeiro Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916013	
CAPÍTULO 4	37
A CRISE DO CAPITAL E A NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE	
<i>Rayssa Bernardino de Lacerda</i>	
<i>Maria de Lourdes Soares</i>	
<i>Edna Tânia Ferreira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916014	
CAPÍTULO 5	47
RELAÇÕES HUMANAS E SUSTENTABILIDADE SOCIAL: A REALIDADE DAS CIDADES	
<i>Elisângela Artmann Bortolini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916015	
CAPÍTULO 6	60
IMPACTOS TERRITORIAIS NA COMUNIDADE PESQUEIRA DE MANGUINHOS (SERRA/ES): UM ESTUDO DE CASO	
<i>Pauliane Gonçalves Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916016	
CAPÍTULO 7	84
PRODUZIR CONVENCIONALMENTE OU INOVAR? O MAPA DA ACEITAÇÃO: A SUBJETIVIDADE EM JOGO - ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO ANDER RODOLFO HENRIQUE DIAMANTE D'OESTE PARANÁ	
<i>Andre Luiz de Souza</i>	
<i>Miguel Ângelo Lazzaretti</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916017	

CAPÍTULO 897

POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: SINGULARIDADE DA EXISTÊNCIA E CONFLITOS COM O AGRONEGÓCIO

Anatália Daiane de Oliveira Ramos
Cristiano Apolucena Cabral
Eva Emilia Freire do Nascimento Azevedo
Edson Caetano

DOI 10.22533/at.ed.5061916018

CAPÍTULO 9 109

MESSIANISMO E CANGAÇO DESVENDADOS EM VERSO E PROSA

Dora Vianna Vasconcellos

DOI 10.22533/at.ed.5061916019

CAPÍTULO 10 120

NOS RASTOS DA FEIRA INTERNA E EXTERNA

Thiago Oliveira da Silva
Anderson Przybyszewski Silva

DOI 10.22533/at.ed.50619160110

CAPÍTULO 11 129

DA ILHA A METRÓPOLE: PARTICULARIDADES E CONSEQUÊNCIAS DE UM PERCURSO CERCADO DE PERSPECTIVAS, DESILUSÕES E DISTINTAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Clícia Danielly Barbosa Alcântara
David das Neves Aires
Maria Lúcia Dias Gaspar Garcia

DOI 10.22533/at.ed.50619160111

CAPÍTULO 12 140

CONTRADIÇÕES DO ESPAÇO SOCIAL: ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES CONTRÁRIAS À MINERAÇÃO DE OURO EM PARACATU, MG

Luís Fernando Silva Andrade
André Luiz de Paiva
Valderí de Castro Alcântara
Flávia Luciana Naves Mafra

DOI 10.22533/at.ed.50619160112

CAPÍTULO 13 159

O CENÁRIO HABITACIONAL E SUA REPERCUSSÃO NA VIDA DO IDOSO BRASILEIRO

Eleusy Natália Miguel
Simone Caldas Tavares Mafra

DOI 10.22533/at.ed.50619160113

CAPÍTULO 14 170

A JUDICIALIZAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA: QUILOMBO BOA VIDA MATA CAVALO

Elen Carolina Martins
Marluce Aparecida Souza e Silva

DOI 10.22533/at.ed.50619160114

CAPÍTULO 15..... 185

ESTRATÉGIAS DE PESQUISA DOCUMENTAL EM RUAS COMERCIAIS DE INTERESSE HISTÓRICO: O CASO DA AVENIDA DUQUE DE CAXIAS EM LONDRINA-PR

Eloisa R. Ribeiro Rodrigues

Elisa Roberta Zanon

Letícia Cabrera

DOI 10.22533/at.ed.50619160115

CAPÍTULO 16..... 202

O MERCADO IMOBILIÁRIO COMO DOCUMENTO: O CASO DO APARTAMENTO CONTEMPORÂNEO DO SÉCULO XXI NA CIDADE DE SÃO PAULO

Gabriela Tiemi Minagawa Yokota

Sandra Regina Casagrande de Moraes

DOI 10.22533/at.ed.50619160116

CAPÍTULO 17 221

BOA ESPERANÇA ONTEM E HOJE: A EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE FURNAS.

João Paulo Chagas Maia Vilela

Mauro Santoro Campello

DOI 10.22533/at.ed.50619160117

CAPÍTULO 18..... 237

IMAGEM E ARQUITETURA: DIÁLOGOS ENTRE IDENTIDADE E MEMÓRIA SOCIAL NAS PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS EM PALMAS - TO

Thiago Henrique Omena

Bruna Coelho Alves Meneses

Estéfani Marx

Lourranny Parente Silva

DOI 10.22533/at.ed.50619160118

CAPÍTULO 19 253

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO: DOCUMENTO E INSTRUMENTO DA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO

Claudiana Cruz dos Anjos

DOI 10.22533/at.ed.50619160119

CAPÍTULO 20 270

MOTIVOS PARA INVENTARIAR O INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ASSIS BRASIL - 1942, NA CIDADE DE PELOTAS/RS

Lisiê Kremer Cabral

Ana Lúcia Costa de Oliveiras

DOI 10.22533/at.ed.50619160120

CAPÍTULO 21..... 282

A RESSIGNIFICAÇÃO SOCIAL DO USO DO ESPAÇO PÚBLICO REVITALIZADO

Ana Estela Vaz Xavier

Marina Xavier Carpena

DOI 10.22533/at.ed.50619160121

CAPÍTULO 22	297
O PATRIMÔNIO URBANO E ARQUITETÔNICO DA PEQUENA CIDADE DO OESTE PAULISTA: DA PERCEPÇÃO DO LUGAR PRATICADO AO PROJETO DE INTERVENÇÃO	
<i>Hélio Hirao</i>	
<i>Matheus Alcântara Silva Chaparim</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50619160122	
CAPÍTULO 23	308
AS FONTES DOCUMENTAIS PARA CONHECIMENTO E ENTENDIMENTO DA CIDADE: A LEITURA DA MORFOLOGIA URBANA DA RUA MARECHAL DEODORO ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS NORMATIVOS / LEGISLATIVOS - JUIZ DE FORA/MG	
<i>Daniel de Almeida Moratori</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50619160123	
CAPÍTULO 24	321
A VERTICALIZAÇÃO E ESPRAIAMENTO HORIZONTAL COMO RESULTADO DA ATUAL CONFIGURAÇÃO URBANA DA CIDADE DE TERESINA-PI	
<i>Giesse Monteiro Alves de Andrade</i>	
<i>Gustavo Borges Vieira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50619160124	
SOBRE A ORGANIZADORA	335

RELAÇÕES HUMANAS E SUSTENTABILIDADE SOCIAL: A REALIDADE DAS CIDADES

Elisangela Artmann Bortolini

Acadêmica do Curso de Mestrado Acadêmico em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. 2016. Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. elisangela.artman@hotmail.com

Uma vida cheia de sentido pode ser extremamente gratificante mesmo em meio a adversidades, ao passo que uma vida sem sentido é um suplício terrível independentemente de ser repleta de conforto¹.

RESUMO: O objetivo deste trabalho é aprofundar discussões quanto as dimensões do termo sustentabilidade, com ênfase na sustentabilidade social, apresentando uma visão que expõe as mazelas experimentadas cotidianamente pela sociedade através das relações que se desenvolvem nas cidades, em especial o medo que conduz os indivíduos a atitudes de auto proteção e segregação dos diferentes. Pretende demonstrar que sustentabilidade social significa o respeito ao direito fundamental da Dignidade da Pessoa Humana, onde o direito ao meio ambiente equilibrado represente um corolário do direito à vida digna. Propõe-se também a fazer uma correlação entre política, poder e escolhas que conduzem a sociedade a um ciclo de

insegurança e vulnerabilidade que agrava ainda mais o distanciamento entre os indivíduos. Ao final apresenta uma visão da sociedade como um todo interligado e interdependente que precisa refletir, aceitar e conviver com as diferenças. Quanto a metodologia aplicada na pesquisa, será realizada através de pesquisa bibliográfica e documental, com a colaboração de diversos trabalhos acadêmicos já publicados e disponibilizados em sites da internet para consultas. Relativamente ao tratamento dos dados será utilizado o método lógico indutivo.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade; sustentabilidade social; relações humanas; cidades; política e poder.

SUMMARY: The objective of this work is to deepen discussions about the dimensions of the term sustainability, with an emphasis on social sustainability, presenting a vision that exposes the afflictions experienced on a daily basis by the company through the relationships that develop in the cities, in particular the fear that leads individuals to the attitudes of self-protection and segregation of the different. You want to demonstrate that social sustainability means the respect for the fundamental right of the Dignity of the Human Person, where the right to a balanced environment represents a corollary of the right to a dignified life. It is also

1 HARARI, Yuval Noah. **Sapiens**. Uma breve história da humanidade. Tradução: Janaina Marcoantonio. 19ª ed. Porto Alegre: L&PM, 2017. p. 402

proposed to make a correlation between politics, power, and choices that lead the society to a cycle of insecurity and vulnerability that exacerbates even more the distance between the individuals. At the end presents a vision of society as a whole connected and interdependent that it needs to reflect, accept and to live with the differences. Parte superior do formulário As for the methodology applied in the research will be conducted through a literature search and documentary, with the cooperation of several academic papers have already been published and made available on internet sites for queries. With regard to the processing of the data will be used the logical method-inductive.

KEYWORDS: Sustainability; social sustainability; human relationships; cities; politics and power.

INTRODUÇÃO

Ao se estabelecer o desenvolvimento sustentável como paradigma para o futuro da humanidade significa dizer que, a partir de agora, devem ser estabelecidas ações que conduzam o ecossistema a perpetuidade. Neste sentido é preciso definir, entender e conciliar sustentabilidade em três pilares básicos: o ambiental, o econômico e o social.

Na visão ambiental e econômica conciliar desenvolvimento sustentável é reconhecer que deve-se buscar um desenvolvimento equilibrado capaz de suprir as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade de suprir as necessidades das futuras gerações. Significa um compromisso com um novo padrão de desenvolvimento, voltado para evitar problemas socioambientais e garantir a sobrevivência da humanidade.

Enquanto a dimensão social, diz respeito ao patrimônio humano do planeta, aos relacionamentos humanos e seu desenvolver conjuntamente com o meio ambiente. A dimensão social se apresenta como um reflexo dos Direitos Fundamentais de terceira dimensão, denominados usualmente como direitos de fraternidade ou solidariedade, destacando-se, especialmente, o direito ao meio ambiente².

Dentro do tema sustentabilidade é importante demonstrar que o planeta vive uma instabilidade provocada por fatores como poluição e degradação ambiental, globalização, criminalidade – terrorismo, corrupção nos órgãos públicos. Esta instabilidade afeta diretamente os sentimentos das pessoas gerando insegurança, insatisfação, incerteza, vulnerabilidade e medo. A soma destes sentimentos conduz o homem a comportamentos de alienação (afastamento) de tudo que possa representar um risco.

No contexto de poder e política procura delimitar o termo crise e como impacta

2 FENSTERSEIFER, Tiago. Direitos Fundamentais e proteção ambiental. p. 150, apud GRACIA, Denise Schmitt Siqueira. O direito ambiental e sua ligação com o princípio da dignidade da pessoa humana e com os direitos fundamentais. **Direito, Estado e Sustentabilidade**. Livro Eletrônico. São Paulo. Intelecto Editora, 2016. p. 76

diretamente na vida do cidadão, interagindo e contribuindo para a complexidade de um mal-estar social que tem se mostrado cada vez mais significativo.

Para desenvolver este trabalho, foram traçados como objetivos da pesquisa, primeiramente, a análise e compreensão do termo sustentabilidade nas dimensões ambiental, econômica e social. Segundo, a análise da dimensão social da sustentabilidade como corolário da dignidade da pessoa humana e os sentimentos relacionados ao cotidiano das cidades. Terceiro, a análise de como a política e poder interferem nos relacionamentos das cidades. Ao final, sugere uma mudança de postura do Estado e dos cidadãos de modo que reflitam sobre o ecossistema como um todo interligado.

Quanto a metodologia aplicada na pesquisa, será realizada através de pesquisa bibliográfica e documental, com a colaboração de diversos trabalhos acadêmicos já publicados e disponibilizados em sites da internet para consultas. Relativamente ao tratamento dos dados será utilizado o método lógico indutivo³.

O estudo sobre as relações humanas nas cidades e a sustentabilidade social encontra-se estruturado em tópicos temáticos, considerações finais e referências bibliográficas dos autores que versam sobre os temas abordados e que subsidiaram a discussão.

1 | SUSTENTABILIDADE NAS DIMENSÕES AMBIENTAL, ECONÔMICA E SOCIAL.

Sustentabilidade para o dicionário Aurélio é “qualidade ou condição do que é sustentável”⁴. Mas o que é sustentável? Que se consegue sustentar (manter); em que há ou pode haver sustentação. Que se consegue defender; defensável: teoria sustentável. Uso restrito. Que pode ser realizado sem que haja prejuízo (riscos) ao ambiente: desenvolvimento sustentável⁵.

Assim, sustentabilidade tem um conceito relacionado a perpetuidade de tudo que for essencial à vida, relacionando aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais, que buscam suprir as necessidades do presente sem afetar as gerações futuras. É a qualidade ou propriedade do que é sustentável, do que é necessário à conservação da vida⁶.

O termo sustentável é essencialmente simples: significa tudo aquilo que pode ser mantido ao longo do tempo. De maneira implícita, significa dizer que qualquer sociedade, ou qualquer aspecto de uma sociedade, que seja insustentável, não pode ser mantido por muito tempo porque num dado momento deixará de funcionar⁷.

3 PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática. 12 ed. São Paulo: Conceito Editorial, 2011. p. 92.

4 <https://dicionariodoaurelio.com/sustentabilidade> - acesso em 26 de jul. 2017.

5 <https://www.dicio.com.br/sustentavel/> - acesso em 26 de jul. 2017.

6 <https://www.dicio.com.br/sustentabilidade/> - acesso em 26 de jul. 2017

7 PATRICIO, Mariza Giacomini Lozer. Quais as dimensões da sustentabilidade? Disponível em:

Agora, considerando a palavra sustentabilidade num panorama mais amplo de biosfera, de habitat natural da vida, é possível assegurar que implica conservação, durabilidade, onde requer a intervenção de todos no sentido de promover a proteção da sobrevivência, de modo a garantir que sejam supridas todas as necessidades humana e do ecossistema⁸.

Nesta perspectiva, a sustentabilidade para a humanidade tornou-se uma noção positiva e altamente prospectiva, que supõe a introdução de mudanças necessárias para que a sociedade planetária, que deverá ser constituída por todas as comunidades humanas, transpassando as fronteiras estatais, e que seja capaz de perpetuar-se no tempo e no espaço. Transcrição⁹.

O tema da sustentabilidade assume, neste século, um papel central na reflexão quanto a preservação do meio ambiente enquanto compatibiliza crescimento econômico, qualidade de vida e preservação cultural, no entanto, esta reflexão precisa coabitar com os paradigmas da liberdade (indutor da produção do direito moderno), bem como, com os paradigmas da fraternidade e igualdade (indutores das relações sociais na modernidade)¹⁰.

Ou seja, trata-se de um dos maiores desafios do nosso tempo, conciliar interesses conflitantes, que coexistem na sociedade e que dependem fundamentalmente das escolhas sobre o padrão de vida da sociedade atual. Diz respeito a justiça social, preservação de bens e serviços naturais para as futuras gerações, e o respeito por outros seres vivos, pela integridade da biodiversidade dos ecossistemas do planeta ameaçados pela crise ambiental¹¹.

E complementa:

No nosso entender, a sustentabilidade para consolidar-se como paradigma dominante na contemporaneidade, deverá ser construída a partir de múltiplas dimensões, que incluem as variáveis ecológicas, sociais, econômicas e tecnológicas, sem esquecer-se da jurídica, num contexto de comunicação ecológica, deliberação democrática, de comunhão dos sistemas, e principalmente de maneira transnacional.

Portanto, sustentabilidade é um termo amplo que admite múltiplas dimensões, dentre elas, três pilares são essenciais para a definição de um conceito sólido: o ambiental, o econômico e o social.

<https://jus.com.br/artigos/53841/quais-as-dimensoes-da-sustentabilidade>. Acesso: 09 jul. 2017.

8 GLASENAPP, Maikon Cristiano e CRUZ, Paulo Márcio. Sustentabilidade e a Possibilidade de Ambientes Democráticos de Governança Transnacional. Direito, Estado e sustentabilidade. Demarchi / Oliveira Neto / Abreu. Livro eletrônico. São Paulo: Intelecto Editora, 2016. p. 86

9 GLASENAPP, Maikon Cristiano e CRUZ, Paulo Márcio. Sustentabilidade e a Possibilidade de Ambientes Democráticos de Governança Transnacional. p. 87

10 GLASENAPP, Maikon Cristiano e CRUZ, Paulo Márcio. Sustentabilidade e a Possibilidade de Ambientes Democráticos de Governança Transnacional. p. 88

11 GLASENAPP, Maikon Cristiano e CRUZ, Paulo Márcio. Sustentabilidade e a Possibilidade de Ambientes Democráticos de Governança Transnacional. p. 89

1.1 Sustentabilidade Ambiental

Sustentabilidade ambiental está intimamente relacionada à continuidade da vida no planeta. As atitudes dos homens estão levando o mundo a um ponto cada vez mais crítico, a exploração desenfreada dos recursos vegetais de florestas e matas, a exploração econômica de áreas verdes, o consumo descontrolado da água, a poluição dos recursos hídricos, o consumo incontrolado de produtos, dentre outras ações humanas agravam a continuidade da vida na terra, pondo em dúvida o futuro. Para reverter essas situações é preciso pensar na sustentabilidade ambiental, envolvendo todos os setores da sociedade.

Somente a sustentabilidade ambiental é capaz de proporcionar qualidade de vida, atendendo às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de gerações futuras. Mas, para que isso ocorra, toda sociedade precisa educar suas ações, estabelecer limites de consumo, e isso envolve não só os consumidores como também as empresas que devem se comprometer em desenvolver produtos ecologicamente corretos que não agriam o meio ambiente¹².

Para Gabriel Ferrer¹³ devemos alcançar um pacto com a terra,

[...]de modo que nos comprometemos com a possibilidade de manter os ecossistemas essenciais, que fazem possíveis a nossa subsistência como espécie em uma condição ambiental aceitável. É imprescindível reduzir drasticamente nossas demandas de consumo de capital natural, para alcançarmos níveis razoáveis de reposição; [...]

O desenvolvimento sustentável não deve ser apenas econômico, mas sim em todos as áreas, e para tanto é necessário planejar ações e programas que levem em conta a sustentabilidade econômica, ambiental e social. A ideia é conservação e preservação da base dos recursos naturais como condição essencial para a continuidade dos processos de reprodução sócio-econômico e cultural da sociedade, numa perspectiva que considere tanto as atuais como as futuras gerações¹⁴.

Na visão de Fritjof Capra¹⁵ os indivíduos, assim como as empresas devem ampliar sua visão da vida, que até então se baseia na crença equivocada de que a natureza pode ser submetida a controle humano, para aceitar a dinâmica autogeradora e auto organizadora que é a própria essência da vida e redefine os organismos vivos.

12 CAPORAL, Francisco Roberto e COSTABEBER, José Antônio. Análise multidimensional da sustentabilidade- uma propostas a partir da agroecologia disponível em <http://mstemdados.org/sites/default/files/Analise%20multidimensional%20da%20sustentabilidade,%20uma%20proposta%20metodologica%20a%20partir%20da%20agroecologia%20%20Francisco%20Caporal,%20Jose%20Costa-beber.pdf> acesso em 25 jul.2017.

13 REAL FERRER, Gabriel. Revista de Derecho Ambiental. p.65-82 apud GLASENAPP, Maikon Cristiano e CRUZ, Paulo Márcio. Sustentabilidade e a Possibilidade de Ambientes Democráticos de Governança Transnacional. p. 88

14 CAPORAL, Francisco Roberto e COSTABEBER, José Antônio. Análise multidimensional da sustentabilidade - uma proposta a partir da agroecologia. Acesso em 25 jul. 2017.

15 CAPRA, Fritjofof. **As conexões ocultas** – ciência para uma vida sustentável. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Cultrix, 2005. p. 208

1.2 Sustentabilidade Econômica

Além da instabilidade econômica, a forma atual do capitalismo global é insustentável dos pontos de vista ecológico e social e por isso se torna inviável a longo prazo e teria de ser reestruturado desde as bases¹⁶.

O novo capitalismo global trouxe consigo inúmeras consequências danosas e relacionadas entre si – um aumento da desigualdade e da exclusão social, um colapso da democracia uma deterioração mais rápida e extensa do ambiente natural e uma pobreza e alienação cada vez maiores¹⁷.

Um dos obstáculos à sustentabilidade é o aumento contínuo do consumo material, afinal o mercado econômico não tem poupado esforços e investimentos com o objetivo de aumentar a produtividade e com ela o fluxo de bens materiais. Mas sustentabilidade econômica não é somente buscar aumento de produção e produtividade a qualquer custo, deve levar em consideração fatores externos como danos ambientais e sociais que podem representar perdas econômicas em médio e longo prazo¹⁸.

A sustentabilidade econômica apresenta uma estreita relação com a sustentabilidade social, seria o fator sócio-econômico, que apresenta em seu conceito um intuito de tornar não só um futuro promissor, mas também a possibilidade de alterar alguns fatores da realidade social¹⁹.

Assim busca-se um desenvolvimento estável, evitando as alternâncias econômicas, utilizando-se minimamente os recursos naturais de forma a viabilizar uma sociedade estável e mais justa.

1.3 Sustentabilidade Social

Uma vida melhor, que proporcione o bem-estar da sociedade é meta indispensável para aqueles que defendem a política sustentável de desenvolvimento. Esta meta deve alinhar desenvolvimento em todos os campos, sem que para isso seja necessário agredir e degradar o meio ambiente. As necessidades humanas devem ser atendidas sem prejuízo do meio ambiente, considerado a matriz do progresso econômico.

A dimensão social da sustentabilidade é conhecida como capital humano e deve refletir um respeito pela dignidade e pelos direitos humanos básicos. Considerando que a vida humana engloba necessidades biológicas, cognitivas e sociais os direitos humanos devem ser respeitados nessas três dimensões. Na dimensão social o primeiro direito humano – na Declaração dos Direitos Humanos da ONU – é o direito à vida, à liberdade e à segurança da pessoa.

A dimensão social é, portanto, o reflexo dos Direitos Fundamentais de terceira

16 CAPRA, Fritjojof. **As conexões ocultas** – ciência para uma vida sustentável. p. 167

17 CAPRA, Fritjojof. **As conexões ocultas** – ciência para uma vida sustentável. p. 217

18 CAPORAL, Francisco Roberto e COSTABEBER, José Antônio. **Análise multidimensional da sustentabilidade** - uma proposta a partir da agroecologia. Acesso em 25 jul. 2017

19 Sustentabilidade econômica – o que é sustentabilidade econômica. <<http://www.atitudessustentaveis.com.br/artigos/sustentabilidade-economica-que-sustentabilidade-economica/>>. Acesso em 30 jul.2017

dimensão, denominados usualmente como direitos de fraternidade ou solidariedade os quais têm natureza transindividuais, posto que afetam os seres humanos individual ou coletivamente, de modo a proporcionar um bem-estar social. Dentre estes direitos de terceira dimensão está, especialmente, o direito ao meio ambiente²⁰.

Segundo este entendimento, o direito ao meio ambiente saudável faz parte da relação dos Direitos Fundamentais, e assim deve ser tratado, não isoladamente, mas como uma rede que engloba interesses econômicos e políticos em prol de uma sociedade sustentável, onde proteção ambiental caminha juntamente com justiça social e desenvolvimento econômico²¹.

O Desenvolvimento Sustentável se apresenta como o modelo mais eficaz para garantir a existência do Homem e suas próximas gerações²². Quando, através da mudança dos meios de produção e distribuição de riquezas a humanidade será capaz de se alimentar e proporcionar uma vida digna eliminando as injustificáveis desigualdades sociais²³.

2 | CIDADE E SOCIEDADE

Historicamente a humanidade organizou-se em sociedade e, dentro das sociedades, em sistemas hierárquicos que geraram imensa discriminação e desigualdade social. Ricos e pobres, brancos e negros, homens e mulheres, historicamente tratados de forma desigual, classificados em categorias imaginadas à época, mas que regulamentaram as relações entre milhares de seres humanos e tornaram algumas pessoas superiores a outras em termos jurídicos, políticos e sociais²⁴.

Esta imaginada classificação por si só, já é suficiente para causar conflitos sociais, mas estes conflitos se agravam sobremaneira na medida em que se somam às crises econômica, democrática (representativa), ambiental e mesmo cultural. Com o tempo os indivíduos deixaram de aplicar o verdadeiro sentido de sociedade, aquele onde cada qual desempenha um papel específico mas onde todos, de alguma

20 FENSTERSEIFER, Tiago. Direitos Fundamentais e proteção ambiental. p. 150, apud GRACIA, Denise Schmitt Siqueira. O direito ambiental e sua ligação com o princípio da dignidade da pessoa humana e com os direitos fundamentais. **Direito, Estado e Sustentabilidade**. Livro Eletrônico. São Paulo. Intelecto Editora, 2016. p. 76

21 GRACIA, Denise Schmitt Siqueira. **O direito ambiental e sua ligação com o princípio da dignidade da pessoa humana e com os direitos fundamentais**. p. 78

22 GUERINI, Eduardo et STANZIOLA, Vieira Ricardo. A teoria científica transdisciplinar como lógica estrutural para os operadores do direito ambiental. **Direito ambiental e urbanismo**: Tomo 02. Itajaí, SC: Ed. da Univali, 2016 – Coleção Estado transnacionalidade e sustentabilidade.

23 REAL FERRER, Gabriel. Revista de Derecho Ambiental. p. 65-82, apud GLASENAPP, Maikon Cristiano et CRUZ, Paulo Márcio. Sustentabilidade e a possibilidade de ambientes democráticos de governança transnacional. **Direito, Estado e Sustentabilidade**. Livro Eletrônico. São Paulo. Intelecto Editora, 2016. p. 88

24 HARARI, Yuval Noah. **Sapiens**. Uma breve história da humanidade. Tradução de Janaina Marcoantonio. 19. ed. Porto Alegre: L&PM, 2017. p. 144

maneira, estão interligados entre si para se tornarem cada dia mais individualistas e segregadores, sob o escudo da incansável busca da segurança.

O planeta vive uma instabilidade provocada por fatores como poluição e degradação ambiental, globalização, criminalidade – terrorismo, corrupção nos órgãos públicos que afetam diretamente os sentimentos das pessoas gerando insegurança, insatisfação, incerteza e medo - “o sentimento mais velho do mundo, que nos acompanha ao longo de uma realidade marcada pela insegurança”²⁵. A soma destes sentimentos conduz o homem a comportamentos de alienação (afastamento) de tudo que possa representar um risco ao que se têm como regular e necessário para a estabilidade da vida.

Esta instabilidade experimentada pelas pessoas gera insegurança e a insegurança faz nascer o medo de tudo que se apresentar como diferente, fora do comum, afinal, as coisas de que se têm medo dizem muito sobre as experiências já vividas. As reações advindas do medo estão relacionadas ao instinto de sobrevivência que todo animal possui. Sentir medo de vez em quando faz parte da vida, mas o medo crônico pode gerar fobias e debilitar as pessoas tanto física, quanto emocionalmente²⁶.

Assim, xenofobia²⁷ e mixofobia²⁸ são deturpações de sentimentos relacionados ao instinto de sobrevivência humana, dizem respeito a necessidade de garantir a sobrevivência própria e da família, não se trata apenas de segurança física ou patrimonial, mas de algo mais profundo como a estabilidade no trabalho, o acesso a saúde, a educação, a moradia, ao lazer, a cultura de determinado povo.

Em princípio, em nome desta segurança, o indivíduo tende a apontar riscos, fontes potenciais de perigo e selecioná-los para, conseqüente eliminação, isto mesmo antes que se manifestem. Ou seja, a este grupo não é permitido se manifestar, a eles é negada sua subjetividade posto que são reclassificados como objetos de ameaça à segurança do grupo segregador²⁹.

Na visão de Soares,³⁰ os elevados índices de criminalidade e violência urbana são indicadores que cada vez mais as pessoas estão negando a sociabilidade, pois tem demonstrado dificuldade em se colocar no lugar do outro, em compreender e aceitar a diferença do outro e, mesmo diante das diferenças, respeitar o ser humano

25 BAUMAN, Zygmunt et BORDINI Carlos. **Estado de crise**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2016. p. 15.

26 Disponível em <<https://grupopapeando.wordpress.com/2011/09/26/como-funciona-o-medo/>> acesso em 25 de jul. 2017.

27 Aversão a estrangeiros; repugnância a pessoas e/ou coisas provenientes de países estrangeiros: refugiados sofriam xenofobia em alguns países. Hostilidade; receio, medo ou rejeição direcionados a quem não faz parte do local onde se vive ou habita.

28 Você convive e tem preconceitos em relação a eles, uma vez que o lixo global é descarregado nas ruas onde você vive. Conceito aplicado por Zygmunt Bauman na obra *Confiança e medo na cidade*. p. 86-87

29 BAUMAN, Zygmunt. **Danos Colaterais**. Desigualdades sociais numa era global. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 78

30 SOARES, Josemar. *Narcisismo e os conflitos na modernidade: uma análise a partir da dialética do reconhecimento de Hegel*. **Direito, Estado e Sustentabilidade**. Livro Eletrônico. São Paulo: Intelecto Editora, 2016. p. 5

como indivíduo psicossocial. A este fenômeno ele chama de crise de alteridade, onde as pessoas revelam ausência de empatia pelo outro, de forma que o outro se torna um mero obstáculo a ser transposto para realização da satisfação pessoal (a obtenção de um bem, por exemplo).

Por outro lado, é importante lembrar que para um determinado grupo de pessoas (pobres, negros ou estrangeiros migrantes) não existe a opção de viver separadamente, eles já se encontram à margem da sociedade, portanto, esta é mais uma imposição de um sistema criado outrora e até hoje plenamente vigente.

Para este grupo vitimado pela exclusão social restam poucas alternativas, e a mais latente delas é ser recrutado por organizações criminosas, na desesperada tentativa de escapar da miséria absoluta³¹. A vida cotidiana apresenta traços de desespero - desespero pela sobrevivência – e, enquanto esse fator social não se acalmar, não haverá equilíbrio, seja econômico, social, ambiental ou mesmo cultural.

Todos estes fatores coexistem nas cidades e se somam ao fato de que não há uma política social e ambiental que culmine em um mínimo de consciência ambiental e conhecimento das leis naturais. O resultado destes fatores é conhecido exclusão, degradação, desigualdades, injustiças.

O que se pretende demonstrar é que a este grupo social não há uma degradação ambiental deliberada, intencional, mas sim um instinto de sobrevivência alinhada a uma desinformação que conduz ao desequilíbrio. Há, na verdade, uma imensa preocupação com a sobrevivência, uns para sair da miséria e outros para alcançar a sonhada segurança pessoal e familiar que leva ao desequilíbrio social e ambiental.

Corroborando este pensamento leciona Guerini³²:

Se a degradação ambiental é fruto do embate das emoções entre o homem e a natureza, e o conflito social é resultante do confronto entre indivíduos/comunidade X sociedade/Estado, o conflito ambiental como aqui é entendido e apreendido também tem origem no conflito das emoções. Por princípio, todo conflito ambiental é um conflito de emoções.

E complementa afirmando que “é preciso repensar a atitude excludente das pessoas a frente das instituições ligadas a questão ambiental, pois uma política de inclusão comunitária significa conseguir aliados na luta pela preservação ambiental”. Enquanto, uma política exclusiva agrava ainda mais os problemas sociais e, como reflexo, significa menos aliados nesta causa.

A política tem grande poder e influência no desenvolvimento de programas sócias e educacionais que sejam capazes de alterar esta realidade de medo, desigualdades e injustiças.

31 CAPRA, Fritjojof. **As conexões ocultas** – ciência para uma vida sustentável. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo. Cultrix, 2005. p. 160

32 GUERINI, Eduardo Vieira et STANZIOLA Ricardo. A teoria científica transdisciplinar como lógica estrutural para os operadores do direito ambiental. **Direito ambiental e urbanismo**: Tomo 02. Itajaí, SC: Ed. da Univali, 2016 – Coleção Estado transnacionalidade e sustentabilidade. p. 31

3 | POLÍTICA E PODER: COMO INTERFEREM NAS RELAÇÕES HUMANAS

Nas palavras de Fritjof Capra³³ “o poder é o meio pelo qual os conflitos são resolvidos” - “uma das características mais marcantes da realidade social é o fenômeno do poder”. Considerando a inevitabilidade dos conflitos em toda e qualquer comunidade humana o poder teria o papel essencial de promover a organização social.

Dentro da organização social, adquire poder àquele a quem a sociedade outorga autoridade para tomar decisões na resolução destes conflitos em prol da segurança e pacificação social. Sob o prisma político, o Estado é quem detém o poder, e não somente o detém como ele próprio é a representação de um Poder.

Assim, nos lembra Bauman³⁴

O Estado é quem podia, através do poder a ele delegado, pôr a sociedade no caminho afinal escolhido, posto que dispunha dos recursos indispensáveis à tarefa: *o poder*, como a capacidade de levar as coisas a cabo; e, *a política*, como a habilidade de decidir como as coisas devem ser feitas.

Entretanto, o mesmo autor, reconhece que a política tem se distanciado do poder, posto que as instituições políticas têm perdido sua autoridade na direção de um espaço global, enquanto a política permanece local. Para o autor, o poder segue, livre de controle político, no “espaço de fluxos” e a política, territorialmente fixada, se enfraquece cedendo seu espaço ao mercado econômico e se distanciando das suas responsabilidades enquanto órgão democraticamente eleito³⁵.

Além deste fator externo, o Estado também está se desintegrando por dentro, através da corrupção do processo democrático, na medida em que os políticos dependem cada vez mais de empresas e grupos de lobistas que financiam suas campanhas eleitorais em troca de políticas favoráveis a seus “interesses especiais”, leia-se aqui “interesses particulares”³⁶.

Este fenômeno tem acentuado o desgaste da relação entre Estado e sociedade, o guardião estatal não mais proporciona segurança ao cidadão que é relegado a sua própria sorte.

[...] Os Estados manifestaram a incapacidade de cumprir suas promessas; aos poucos, mas em aparência de forma incontrolável, a fé e a confiança na potência do Estado começaram a se erodir. [...] o Estado foi rebaixado da posição de motor mais poderoso do bem-estar universal àquela de obstáculo mais odioso, pérfido e prejudicial³⁷.

Enquanto as crises sociais, econômicas e ambientais decorrentes da crise da estrutura político-jurídico moderna, representada pela incapacidade política de ações

33 CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas**— ciência para uma vida sustentável. p. 100

34 BAUMAN, Zygmunt et BORDINI Carlos. **Estado de crise**. p. 17.

35 BAUMAN, Zygmunt et BORDINI, Carlos. **Estado de crise**. p. 17

36 CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas** – ciência para uma vida sustentável. p. 160.

37 BAUMAN, Zygmunt et BORDINI, Carlos. **Estado de crise**. p. 18

coletivas e plurais numa sociedade cada vez mais complexa, afetam os laços sociais,³⁸ a crise do sistema representativo traz reflexos nas atitudes humanas representadas pelas mais variadas formas de violência, seja física, moral, psicológica, posto que através dela se gera cada vez mais insegurança, vulnerabilidade e insatisfação aos cidadãos.

Sem dúvida alguma estamos diante de uma crise que impacta diretamente o cidadão, interagindo e contribuindo para a complexidade de um mal-estar social que tem se mostrado cada vez mais significativa³⁹. Uma crise com características duradouras, onde as soluções são pensadas, atualizadas e adiadas devido a precária situação financeira do Estados. Uma crise onde as decisões adotadas se resumem a cortes de repasse em educação e saúde, assim como diminuição nas linhas de créditos para universidades e moradias populares, “a percepção disseminada é de que a cura é pior do que a doença, pois é mais imediata e notável na pele das pessoas”⁴⁰.

Neste contexto de crise, onde o futuro da sociedade depende também de decisões políticas é importante salientar que as incertezas, inseguranças e vulnerabilidades humanas alimentam o poder político num ciclo contínuo de promessas baseadas no comprometimento de minimizar o grau de vulnerabilidades e os danos causados pelo livre jogo das forças de mercado⁴¹.

Nos termos lecionados por Gabriel Real Ferrer⁴², tanto o Estado quanto cidadãos devem repensar os caminhos até trilhados e, a partir de agora, traçar diretrizes, construir alternativas, de modo a viabilizar uma mudança de atitudes dos indivíduos, construindo novos modelos onde prevaleçam os interesses gerais.

[...]construirmos novos modelos que assegurem a prevalência dos interesses gerais sobre os individuais: indivíduos, corporações ou Estado – trata-se de politizar a globalização (econômica), pondo-a a serviço das pessoas e estendendo mecanismos de governo baseados em novas formas de democracia com arquitetura assimétrica e baseada na responsabilidade dos cidadãos[...]

Portanto, sustentabilidade, no contexto das dimensões ambiental, econômica e social representa, muito além da materialização do instinto de sobrevivência social, também o compromisso e aceitação do outro, como parte integrante da grande teia da vida. Assim como demonstra a necessidade de programas educacionais e sociais que tragam informação à sociedade e possibilitem a ressignificação de valores e escolhas quanto a um novo modelo de vida.

38 GLASENAPP, Maikon Cristiano e CRUZ, Paulo Márcio. Sustentabilidade e a Possibilidade de Ambientes Democráticos de Governança Transnacional. p. 84-85

39 BAUMAN, Zygmunt et BORDINI, Carlos. **Estado de crise**. p. 11.

40 BAUMAN, Zygmunt et BORDINI, Carlos. **Estado de crise**. p. 11.

41 BAUMAN, Zygmunt. **Danos colaterais** – desigualdades sociais numa era global. p. 71

42 REAL FERRER, Gabriel. Revista de Derecho Ambiental. p. 65-82, apud GLASENAPP, Maikon Cristiano et CRUZ, Paulo Márcio. **Sustentabilidade e a possibilidade de ambientes democráticos de governança transnacional**. p. 88

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um cotidiano repleto de preocupações, não oportuniza a percepção do quanto estamos todos interligados, o quanto somos interdependentes, o quanto o fracasso ou sucesso de um interfere de alguma forma na vida do outro, o quanto o desemprego ao meu redor produz insegurança e instabilidade, o que nos remete ainda mais ao isolamento.

Diariamente estamos cercados de cenas divulgadas em jornais, revistas e programas de televisão que nos lembram de nossas responsabilidades. Apresentam questões como exclusão social e racial e degradação do meio ambiente, pobreza extrema e doenças, mas assistimos a tudo passivamente, como se não tivéssemos nada a ver com as consequências daquela realidade vivida lá fora.

Somente uma mudança de pensamento através da autoconsciência reflexiva é capaz de formar sujeitos que pensem, reflitam e sejam capazes de elaborar valores, crenças, objetivos e estratégias com uma compreensão mais ampla da vida⁴³. É preciso uma nova compreensão da vida, enquanto sistema interligado, para entender e aceitar os relacionamentos no mundo social. O mundo precisa de multiplicadores de consciência social e ecológica, como um caminho ético em prol da sobrevivência da humanidade⁴⁴.

As crises, de uma forma ou de outra, sempre existirão, é necessário aprender com elas, afinal “crise”, em sentido próprio, expressa algo positivo, criativo e otimista, pois envolve mudança e pode ser um renascimento após uma ruptura. Afinal o universo é criativo e se auto-regenera continuamente. Da separação advém as escolhas, as decisões e as oportunidades de mudanças⁴⁵.

E nesta mudança, deve estar inserida a necessidade de um meio ambiente inclusivo, de atitudes pessoais e políticas compatíveis com o Direito Fundamental da Dignidade Humana de modo a conferir segurança aos cidadãos proporcionando a todos o estado de bem-estar ambiental e social⁴⁶.

A grande questão é viver com base nos valores essenciais; fazer escolhas com base em princípios, e não no medo; na ética e não nas conveniências. Porque somente dessa forma será possível tomar decisões certas em momentos difíceis.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt et BORDINI Carlos. **Estado de crise**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

43 CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas** – ciência para uma vida sustentável. p. 55

44 Terra o plane água. Disponível em <http://www.sni.org.br/exibe_noticia.asp?id=63> acesso em 26 jul. 2017.

45 BAUMAN, Zygmunt e BORDINI Carlos. **Estado de crise**. p. 11

46 GRACIA, Denise Schmitt Siqueira. O direito ambiental e sua ligação com o princípio da dignidade da pessoa humana e com os direitos fundamentais. **Direito, Estado e Sustentabilidade**. Livro Eletrônico. São Paulo. Intelecto Editora, 2016. p. 81-82

BAUMAN, Zygmunt. **Danos Colaterais**. Desigualdades sociais numa era global. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro. Zahar, 2013.

CAPORAL, Francisco Roberto e COSTABEBER, José Antônio. **Análise multidimensional da sustentabilidade** - uma proposta a partir da agroecologia – disponível em: <<http://mstemdados.org/sites/default/files/Analise%20multidimensional%20da%20sustentabilidade,%20uma%20proposta%20metodologica%20a%20partir%20da%20agroecologia%20%20Francisco%20Caporal,%20Jose%20Costabeber.pdf>> acesso em 25 jul. 2017.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas** – ciência para uma vida sustentável. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Cultrix, 2005.

GRACIA, Denise Schmitt Siqueira. O direito ambiental e sua ligação com o princípio da dignidade da pessoa humana e com os direitos fundamentais. **Direito, Estado e Sustentabilidade**. Livro Eletrônico. São Paulo. Intelecto Editora, 2016.

GLASENAPP, Maikon Cristiano e CRUZ, Paulo Márcio. Sustentabilidade e a possibilidade de ambientes democráticos de governança transnacional. **Direito, Estado e Sustentabilidade**. Livro Eletrônico. São Paulo. Intelecto Editora, 2016.

GUERINI, Eduardo e Vieira e STANZIOLA Ricardo. A teoria científica transdisciplinar como lógica estrutural para os operadores do direito ambiental. **Direito ambiental e urbanismo**: Tomo 02. Itajaí, SC: Ed. da Univali, 2016 – Coleção Estado transnacionalidade e sustentabilidade.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens**. Uma breve história da humanidade. Tradução de Janaina Marcoantonio. 19 ed. Porto Alegre: L&PM, 2017.

PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da Pesquisa Jurídica**: teoria e prática. 12. ed. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.

SOARES, Josemar. Narcisismo e os conflitos na modernidade: uma análise a partir da dialética do reconhecimento de Hegel. **Direito, Estado e Sustentabilidade**. Livro Eletrônico. São Paulo: Intelecto Editora, 2016.

Terra o plane água. Disponível em <http://www.sni.org.br/exibe_noticia.asp?id=63> acesso em 26 jul. 2017.

Disponível em <<https://grupopapeando.wordpress.com/2011/09/26/como-funciona-o-medo/>> - acesso em 25 de jul. 2017.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-050-6

